

Duas estratégias macroeconômicas

PAULO NOGUEIRA
BATISTA JÚNIOR

No debate sobre a administração da crise econômica brasileira contra-põem-se duas alternativas básicas, duas estratégias macroeconômicas profundamente distintas e que envolvem, portanto, riscos distintos. A primeira é a estratégia de ataque frontal e imediato a duas grandes restrições que se antepõem à retomada do desenvolvimento no Brasil: o problema da inflação e o da dívida externa. A segunda defende a prioridade da imediata retomada do crescimento e propõe um combate gradualista à inflação e um tratamento cauteloso à questão da dívida externa. A falta de expressão melhor, denomino a primeira de estratégia "heróica" e a segunda de estratégia "conciliatória".

A estratégia heróica talvez seja intelectualmente mais atraente, mas pode ser considerada arriscada e até mesmo inviável do ponto de vista político. Como se sabe, o principal risco de um tratamento drástico da inflação é o aprofundamento do processo recessivo, isto é, a possibilidade de que ocorram perdas insuportáveis de produto e de emprego como consequência da decisão de atacar de maneira rigorosa a alta dos preços. Para uma economia como a brasileira, que completa agora quatro anos consecutivos de recessão ou crescimento medíocre, a proposta de uma estratégia "heróica" de combate à inflação desperta compreensivelmente resistência obstinada.

Abandonando-se, entretanto, o imediatismo característico da mentalidade brasileira, a opção por esta estratégia pode parecer mais aceitável do que freqüentemente se pensa. Na verdade, não há por que imaginar que exista incompatibilidade entre combate à inflação e desenvolvimento econômico no longo prazo. Pelo contrário, um combate eficaz à inflação parece constituir uma pré-condição para uma efetiva retomada do crescimento a taxas compatíveis com a experiência histórica brasileira e com a necessidade de geração de empregos. O que parece difícil de conceber é a idéia de que o Brasil possa voltar a crescer a taxas de 6 ou 7% ao ano, de forma sustentada, mantendo a inflação no nível em que está. É nesse sentido, portanto, que se pode argumentar com razão que o próximo governo deve aproveitar o capital político de que costuma dispor um governo em início de mandato para pro-

mover de imediato, com credibilidade ainda intacta, um combate drástico à inflação.

No entanto, deve-se fazer duas ressalvas fundamentais à proposta de combate frontal à inflação, que geralmente não são consideradas por aqueles que a defendem. Em primeiro lugar, não é concebível que se apresente uma proposta deste tipo para um país como o Brasil, no qual a renda e a riqueza estão entre as mais concentradas do mundo, sem explicitar simultaneamente medidas complementares que permitam fazer face aos efeitos potencialmente regressivos ou concentradores que adviriam de um tratamento mais drástico do problema da inflação. Na verdade, os responsáveis pela política econômica dispõem de uma série de instrumentos e de mecanismos de atuação que permitiriam distribuir de maneira socialmente justa o ônus inerente à solução da crise. Embora não caiba detalhá-los aqui, pode-se mencionar a reforma do sistema tributário com o objetivo de torná-lo substancialmente mais progressivo, a reestruturação da dívida interna, o controle dos preços de setores oligopolizados e a adoção de uma política social compensatória ou de medidas diretas destinadas a proteger as camadas mais baixas de renda durante a transição para uma fase de crescimento sustentado.

A segunda ressalva fundamental refere-se à necessidade de complementar o combate drástico à inflação com um tratamento também drástico da questão da dívida externa. Aqui o objetivo básico seria forçar os credores externos a absorver uma parte maior dos custos decorrentes da crise de balanço de pagamentos do Brasil. Nos últimos dois anos, o Brasil vem realizando transferências líquidas de recursos em escala substancial e crescente para os bancos comerciais estrangeiros. Este processo dificilmente poderá continuar sem reduzir de maneira decisiva a margem de manobra do País no que diz respeito ao combate à inflação e à retomada do crescimento em médio e longo prazos. Só um governo que tenha a coragem de enfrentar esta questão e de romper com os esquemas atuais de renegociação da dívida é que terá condições políticas para exigir da sociedade brasileira os sacrifícios necessários a um combate decidido à inflação. Ao mesmo tempo, só um governo que demonstre a efetiva disposição de atacar frontalmente os desequilíbrios internos terá a força e a autoridade necessárias para redefinir de forma radical as con-

dições de pagamento da dívida e enfrentar as resistências dos credores externos. Desta forma, pode-se argumentar que o ataque frontal à inflação e a ruptura com os esquemas atuais de pagamento da dívida externa são medidas complementares que devem ser implementadas simultaneamente.

Mas a observação do cenário político brasileiro sugere que uma estratégia heróica de enfrentamento da crise tem poucas chances de materialização, pelo menos no curto prazo. Desse modo, parece provável que prevaleça a segunda alternativa básica, isto é, a estratégia conciliatória, que consistiria essencialmente em adotar uma atitude cautelosa tanto no tratamento da inflação quanto no da dívida externa. As condições de sucesso de uma estratégia deste tipo foram discutidas de forma relativamente extensa em trabalho realizado para o Encontro Nacional da Indústria, em co-autoria com Luiz Aranha Corrêa do Lago e Tito Bruno Bandeira Ryff. Não cabe retomar as considerações ali desenvolvidas, mas é importante ressaltar que a estratégia conciliatória tem a seu favor um argumento básico de natureza política. O próximo governo pode, na verdade, orientar-se pela premissa básica de que a sua tarefa central será não resolver a crise econômica, mas garantir a transição definitiva para um regime democrático. Um governo que conceba o seu objetivo primordial como sendo o de realizar a tarefa histórica de recuperar uma parte do atraso secular acumulado pelo Brasil no plano jurídico e político, pode ser levado a adotar uma atitude cautelosa no que diz respeito às grandes questões econômicas enfrentadas pelo País.

Como já percebeu boa parte dos observadores da cena econômica brasileira, o principal risco desta estratégia conciliatória é que o governo acabe perdendo definitivamente o controle sobre o processo inflacionário. Tanto no que diz respeito à inflação quanto à dívida externa, os resultados de uma estratégia cautelosa dependem decisivamente da evolução do contexto econômico internacional. Se o próximo governo optar realmente por uma estratégia econômica deste tipo, é de esperar que pelo menos não aposte de modo irrefletido na premissa discutível de um cenário internacional continuamente favorável ao longo dos próximos anos e que tenha consciência da necessidade de elaborar, desde já, uma estratégia alternativa de emergência para o caso de um possível recrudescimento da crise econômica.